

A culpa é de Hobbes e de Hume!

Uma entrevista com Estevão de Rezende Martins

Ana Carolina B. Pereira

Doutoranda

Universidade de Brasília (UnB)

ancaiana@yahoo.com.br

SQS 416, Bloco E, apto 210

Brasília - DF

70299-050

Brasil

Arthur Assis

Professor Adjunto

Universidade de Brasília (UnB)

arthurassis@unb.br

Campus Darcy Ribeiro, ICC-Norte

Brasília - DF

70910-900

Brasil

390

Enviado em: 22/02/2010

Autores convidados

No cenário historiográfico brasileiro atual, o Professor Estevão Chaves de Rezende Martins destaca-se como um dos principais promotores do diálogo entre a reflexão teórica autóctone e a tradição metahistórica internacional, nomeadamente a alemã. Pode ser designado por dois epítetos profissionais que, não raro, são tidos precipitadamente por antagônicos, mas de cuja larga complementaridade ele cedo soube tirar proveito: os de filósofo e historiador. Nascido em 1947, no Rio de Janeiro, ele graduou-se em Filosofia pela hoje extinta Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Nossa Senhora Medianeira, em São Paulo, em 1970. Doutorou-se em 1976, na Universidade de Munique, Alemanha, com um trabalho acerca da concepção de liberdade nos escritos pré-críticos de Immanuel Kant. Desde então, e por diversas vezes, realizou estadias de pesquisa em diferentes instituições internacionais, ocasiões em que foi bolsista do CNPq e da Humboldt-Stiftung. É professor titular de teoria da história da Universidade de Brasília, onde atua desde 1977. As suas investigações e textos concentram-se em temas relacionados com a história da filosofia, a teoria e a metodologia da história, bem como com a história das relações internacionais. Publicou mais de uma centena de artigos acadêmicos no Brasil e no exterior, além de dois livros, entre os quais, *Cultura e Poder* (2ª ed., 2007, Saraiva). É o editor de diversas obras coletivas, como *Teoría y metodología en la Historia de América Latina* (2006, Trotta), obra (co-organizada por Héctor Pérez Brignoli) que encerra a coleção *Historia General de América Latina*, patrocinada pela Unesco.

Estevão de Rezende Martins representa também um dos mais fortes elos da rede brasileira de investigadores interessados em teoria da história e historia da historiografia, rede esta que nos últimos anos se vem tornando cada vez mais visível. Desde 2003, é o coordenador do GT em Teoria da História da ANPUH. Exerce, ademais, o cargo de presidente da recém-fundada Sociedade Brasileira de Teoria da História e História da Historiografia. Nesta entrevista, concedida em 03 de dezembro de 2009, no escritório da direção do Instituto de Ciências Humanas da UnB, ele fala sobre a sua formação acadêmica, suas filiações teóricas, suas experiências profissionais dentro e fora da universidade. Fala, sobretudo, sobre teoria da história; sobre como e porque ingressou nesse campo, sobre o desenvolvimento da reflexão teórica no Brasil, e sobre os problemas teórico-metodológicos que sempre lhe interessaram: o da fundamentação metódica do conhecimento histórico acadêmico e o da complexa relação existente entre historiografia e sociedade.

Arthur Assis: *Que tal se começarmos com um tema convencional: os momentos iniciais da sua trajetória intelectual? Examinando essa época em retrospectiva, o que o Sr. destacaria como tendo sido determinante da sua opção pelas Ciências Humanas e pela Filosofia?*

Estevão de Rezende Martins: Em primeiro lugar há um elemento extremamente prosaico e que frequentemente ocorre na vida de muita gente, que é o fato de eu ter tido um jovem professor de História, Ricardo Rossi, no que era então o curso clássico. Recém formado pela PUC do Rio de Janeiro e possivelmente entusiasmado pela formação que recebera, esse professor transformou a experiência de ter aulas de História, naquele momento, em um prazer profissional e um prazer didático. E isso me motivou muito. Essa atração pela História, contudo, foi colocada entre parênteses durante um período em que eu me senti chamado a estudar Filosofia e Teologia, e, quem sabe, a abraçar a carreira eclesiástica – o que acabou não acontecendo. Depois que deixei o colégio e iniciei os estudos superiores, em meados dos anos 60, meus interesses estavam divididos entre questões de longo prazo (tais como a dos fundamentos do conhecimento, a dos critérios de permanência e a dos princípios de aplicação universal) e a historicidade extremamente fragmentada e conjuntural do cotidiano. Isso me levou a buscar contrapor a forma como o conhecimento se obtém e organiza em fases históricas comparadas – que se estudavam no tempo próprio à história da filosofia (com certa atemporalidade) – ao tempo que é próprio à historicidade do agir humano. Assim o problema do conhecimento era posto de modo mais complexo, repleto de condicionantes a serem levados em conta. Essa complexidade podia atrapalhar um bocado ou mesmo ajudar, mas quase sempre o registro que ficava dessa discussão era o da dificuldade sistemática que envolvia o esforço de sustentar a aceitação ou a auto-afirmação dos Estudos Sociais. Então, na faculdade, eu cursei um misto de Filosofia e História, embora o diploma tenha sido emitido em Filosofia e as áreas conexas tenham sido as que na época eram permitidas por lei: História, Psicologia e Sociologia. Não havia praticamente ainda pós-graduação. Com uma vida profissional ainda mal iniciada, querer fazer o doutorado foi um verdadeiro salto. O interesse pelos fundamentos do conhecimento histórico, que ficaram ao longo deste período como uma linha de conexão entre as etapas, explicitou-se na temática da minha tese de doutoramento, que defendi em 1976. A tese tinha por objetivo justamente estudar como é que determinadas constelações intelectuais formam pessoas e como é que essas constelações depois migram para formar o pensamento de um determinado autor, que foi Kant, a favor da liberdade. Isso depois foi se aprofundando e eu nunca mais larguei tal tipo de abordagem metódica.

AA: *E de que maneira esse estudo da filosofia de Kant influenciou a sua carreira posteriormente ao doutorado? O Sr. se consideraria até hoje um kantiano?*

ERM: Sim, sim! Já digo o porquê. Na realidade, a grande preocupação que se tinha naquele momento – pelo menos a que chegou até mim e que me espantava – era a seguinte: qual era a historicidade que justificava que Kant tivesse proposto aquele sistema de conhecimento em que queria responder às

famosas perguntas: “o que posso conhecer”, “o que devo fazer”, “o que me é permitido esperar”? Kant sabia, obviamente, que tais perguntas não haviam saído do nada. Interessou-me saber, pois, por que essas questões lhe haviam servido de fio condutor. A minha ideia era: como é que crio, recrio, reconstruo a estrutura que permitiu que determinadas ideias influenciassem Kant no desenvolvimento do seu conceito de liberdade. E esse conceito de liberdade, por conseguinte, tinha que ter uma função interessante, porque surgiu de um momento político muito tenso: o do Iluminismo, da Revolução Francesa. A liberdade era, então, simultaneamente, um princípio informador da ação humana e uma reivindicação política das sociedades concretas. Nesse aspecto, eu diria que continuo kantiano nos seguintes termos: Kant faz a distinção entre as coisas em si e a maneira como elas são percebidas e interiorizadas pelos sujeitos cognoscentes, que ele chama de fenômeno. E eu, na minha teoria do realismo mitigado, penso o mesmo. Ou seja, não vejo porque duvidar de que as coisas existiram, mas admito também que o que delas ficou na memória – e na administração da memória e no enunciado da memória – é apenas aquilo que cada um, ou cada sociedade, ou cada grupo, ou cada cultura, entendeu como sendo digno de ser registrado e, mais adiante, digno de ser interpretado. A esse respeito, há um kantismo muito forte em todas as Ciências Humanas e Sociais, mesmo que elas não admitam isso de forma tão clara. Tal kantismo está presente, por exemplo, nas noções de construção do objeto, de relação fenomenológica e hermenêutica com a realidade, de contexto interpretativo, que é o ambiente em que as coisas fazem sentido. Aliás, é preciso fazer aqui uma correção, porque o neokantismo do final do século XIX e do início do século XX manteve-se, sim, consciente da relevância de Kant para as Ciências Sociais. Com o neokantismo, a legitimidade científica da pretensão de veracidade das Ciências Sociais, posta em xeque em comparação com as Ciências Naturais, passou a ser sustentada teoricamente de modo consistente. Deu-se uma tentativa de afirmar tal legitimidade na noção de Ciências da Cultura. Admitia-se, com isso, que não era possível reduzir o padrão científico a uma abordagem única, inspirada na metodologia empírica que vem do empirismo inglês e que prevalece nas chamadas ciências duras. Simultaneamente, admitia-se também que não se pode recorrer a uma espécie de liberdade total do espírito, isto é, à tese de que, por serem as ações humanas imprevisíveis, qualquer assertiva acerca delas seria aceitável.

AA: *E além de Kant, quais foram os outros professores e/ou autores que mais influenciaram a sua maneira de pensar e de trabalhar intelectualmente?*

ERM: Kant teve um papel mais seminal. Mas não diria que eu hoje me dedique a Kant como tal. Na realidade, considero-o fundamental para a fundamentação do conhecimento histórico e para, digamos, a valorização da perspectiva teórica na abordagem do conhecimento histórico no seu formato espontâneo. Menciono o conhecimento histórico espontâneo, porque todo mundo

fala do que passou e bota ordem na sua lembrança, mesmo que arbitrariamente. Já o conhecimento metódico, produzido pelo senso científico da ciência historiográfica, surgiu da delimitação do campo de aplicação daquela reflexão, de uma distinção fundamental que exclui a filosofia da história do que eu chamo de epistemologia ou teoria da história. Esta trabalha com o produto historiográfico- científico consolidado, que é resultado de uma prática. Pode-se discutir se é uma boa ou uma má prática, se foi adequada ou inadequada. Mas o que importa é que há uma corporação profissional que consagrou o padrão de produção do conhecimento reconhecido como histórico; e que este só é reconhecido como tal se, e somente se, satisfizer um cânone de exigências. Por sua vez, a filosofia da história – que incluiria autores como Hegel, Marx, Bergson e mais quem nós quisermos – serve de pano de fundo, mas não me parece decisiva. A teoria da história precisa, portanto, do que eu chamo de “o estado da arte do campo profissional”, que é a historiografia. A teoria da história é a construção *a posteriori* da trama de princípios e regras que funcionam quando a historiografia é produzida.

Interessa-me muito o momento da profissionalização do conhecimento histórico no historicismo do século XIX, e por conseguinte interessam-me autores como Droysen e Ranke, mas não só eles. Também Guizot, Chateaubriand, Tayne, Mommsen foram fundamentais naquele momento em que se estava delimitando o campo de legitimidade da ciência da história. Depois, no século XX, há alguns momentos que acho particularmente interessantes: a influência da historiografia européia no Brasil, as teorias da história política, Henri Berr, Henri Pirenne, e depois os fundadores dos Annales, Marc Bloch e Lucien Febvre. Mas eu pessoalmente tenho uma queda especial por Braudel. Embora ele não aceitasse ser um teórico da história, as concepções categoriais que ele propõe são incontornáveis. Só bem depois de Braudel é que os autores franceses começaram a aceitar essa questão. Mas no mundo alemão também havia alguns autores que me eram importantes, como Meinecke e depois Fritz Fischer, autores muito preocupados em saber o que fazer com essa situação de que a Alemanha fora, simultaneamente, autora e vítima no século XX. Tais autores representaram nesse momento uma inspiração muito grande, o que também representava uma carga de leitura muito grande. Eu sempre me interessei menos pela corrente marxista, embora não deixasse de a ler. Tenho conhecimento, sobretudo, dos marxistas ingleses, Thompson, Hobsbawm, etc., mas eles nunca pesaram de uma forma decisiva. Também não considero que a micro-história seja muito decisiva, malgrado todos os sucessos que possa ter alcançado. Ao contrário, acho que é mais preocupada em escapar de uma prova de justificação do que faz. Digo-o ainda que Ginzburg, mais tarde, ao usar a alegoria do juiz e ao falar em paradigma indiciário, no fundo tenha reconhecido que era necessário mostrar um pouco porque cargas d’água aquelas miudezas todas seriam significativas, porque o que ele fez não era apenas um grande passatempo para saber como é que Menocchio vivia e sob que circunstâncias vivia.

Então há esses grandes eixos que são, sobretudo, franco-alemães em função

de seus precursores. Hoje em dia, eu leio alguns autores mais recentes, embora o volume de produção tenha aumentado tanto que já se tornou necessário criar uma grade seletiva para escolher, senão você não dá conta de digerir a totalidade. E, de quebra, os livros têm ficado cada vez mais longos! Nessa situação, já não dá mais para trabalhar sozinho; é preciso trabalhar em rede. Nós temos de fazer leituras conjuntas e depois precisamos fazer um intercâmbio de resultados, ainda que isso introduza sucessivas mediações. Não que sejam mediações negativas, mas são mediações de fato. Em todo caso, aprecio muito Paul Ricoeur – e aprecio-o mais do que aprecio Foucault –, aprecio Paul Veyne, assim como aprecio autores que, no Brasil, pouquíssima gente conhece: tais como, por exemplo, o já falecido Thomas Nipperdey, ou, mais recentemente, Jürgen Osterhammel. São autores que têm como eixo a reflexão sobre o mundo europeu, que é o campo onde eu mais me movimento. Eu não sou um brasilianista, embora não me considere totalmente analfabeto em história brasileira. Mas o importante é ter presente isto: você tem que montar mediações, e essas mediações têm que ser reveladoras e não ocultadoras. Quase sempre a tendência aos espartilhos ideológicos leva ao ocultamento. É que as coisas vão se sobrepondo, mas não vão se articulando. Essa sobreposição acaba criando uma espessura e tal espessura torna o acesso à experiência cada vez mais opaco. Há os que fazem isso intencionalmente e caem no espartilho ideológico, e há os que fazem isso inercialmente. Eu, por exemplo, nas orientações acadêmicas, procuro não impor ao aluno o que acho que ele tem que fazer. O aluno no fundo é um profissional mais jovem, que tem que adquirir sua aptidão ao trabalho por esforço próprio. Às vezes comparo a orientação àquelas rodinhas de bicicleta de criança, que só impedem que a bicicleta se espatife. O ponto é que, se a criança não pedalar, não sai do lugar. Essa é uma imagem para representar que a orientação não pode ser uma interferência total, senão nós criamos algo que, infelizmente, no Brasil não é raro – e que na França é ainda pior: essa filiação e essa lealdade um pouco cegas, ou melhor, essa espécie de cacho de bananas metodológico, onde cada um está agarrado no outro e de onde todo mundo despenca junto com o primeiro que cai.

Ana Carolina B. Pereira: *Depois da sua permanência na Europa e pensando no seu retorno para o Brasil, como o Sr. analisa a recepção brasileira da reflexão e das discussões em teoria da história?*

ERM: Assim que eu cheguei da Europa, busquei trazer o que aprendera e praticara até então tanto na Alemanha como na França, onde passei os primeiros meses após o doutoramento. Minha volta para o Brasil, e especificamente para Brasília, deu-se por razões algo casuais. Não tinha emprego fora. O professor Nelson Gomes, um dos maiores lógicos brasileiros, viera para a UnB em 1976. No 2º semestre desse ano ele me avisou: “vai haver possibilidade de um contrato”, e perguntou “você topa?”. Eu disse que sim. Depois de ter ficado um tempão sem saber de nada, recebi no dia 27 de fevereiro de 1977 um telegrama

solicitando que me apresentasse ao setor de pessoal da universidade no dia 01 de março – ou seja, em quarenta e oito horas – para a tomada de posse. Eu estava no exterior e tive de vir da noite para o dia. Uma coisa curiosa: comprei uma passagem aérea às carreiras de uma companhia chamada Líneas Aereas Paraguayas, cujo avião não pôde decolar, porque não tinha sequer saído de Assunção. Fui então obrigado a improvisar a compra de uma passagem caríssima da Air France. Depois a universidade a pagou. Foi a minha sorte! Eu vim para lecionar uma cadeira que tinha sido criada no recém instalado mestrado em História da Universidade de Brasília. O mestrado existia então há apenas um semestre e durante o primeiro semestre havia oferecido Teoria da História por cooperação com a Comissão Fulbright dos Estados Unidos, com o Prof. Henry Keith. Mas o Prof. Keith tinha vindo para um único semestre e durante esse semestre foi negociada a minha chamada. Eu mandei currículo, mandei proposta de trabalho e fui, digamos assim, aceito por um processo seletivo interno que na época – estamos falando de 1976 – era o comum.

E a razão pela qual eu vim para a Universidade de Brasília era a de assegurar a disciplina de “teoria da história” na pós-graduação e, acessoriamente, também a de “metodologia da história”. Digamos que essas matérias foram previstas por algumas pessoas que conheciam o meu trabalho, e que conheciam também um pouco do que já se vinha fazendo na Europa, sobretudo na Alemanha, em termos de reflexão sobre questões teóricas e metodológicas. Mas aqui a reação geral foi de resistência. “Teoria da história” era percebida como uma repetição da disciplina de “introdução ao estudo da história”, só que com alguns conteúdos adicionais, relacionados com as disciplinas auxiliares e com a organização do trabalho intelectual. Confundia-se então “teoria da história” com “metodologia da pesquisa”, e por inércia as duas disciplinas ficavam um pouco confusas. Eu introduzi um outro padrão, que pratiquei durante anos a fio, e do qual foram beneficiários ou vítimas – há de se perguntar a eles – muitos dos que hoje são professores do Departamento de História da UnB, e também de outras universidades públicas do Brasil. Eu diria que, durante uns dez anos, ou seja, até a segunda metade dos anos 1980, a reflexão sobre os fundamentos teóricos era mal vista. Ou por que era confundida com especulação filosófica sem pé nem cabeça, uma espécie de viagem nas nuvens; ou porque já se tinha uma resposta feita e pronta para a aplicação – o que era notório entre os colegas de inspiração marxista. Eu creio que a teoria da história não é uma coisa nem outra: nem se confunde com a especulação filosófica, nem é o que chamei anteriormente de espartilho ideológico. Enfim, água mole em pedra dura tanto bate até que fura, algumas coisas começaram a circular, notadamente a partir de 1982, quando comecei a publicar alguns de meus escritos. E circulavam principalmente nos fóruns e encontros que, no começo, eram ainda muito tímidos, porque até 1979 os Fóruns da ANPUH ou da SBPC ainda tinham uma forte conotação política de mobilização contra um regime que se encontrava em estertores agônicos que não acabavam. Em 1979 saiu Lei da Anistia, e isso descontraíu um pouco a situação. Certas áreas começaram a ficar menos constrangidas,

mas ainda demorou um bocado para que se disseminasse a reflexão teórica – não como uma espécie de obrigação mista entre organização do trabalho intelectual e procedimentos de fichamento, mas sim como uma reflexão fundamental. E eu procurei dar minha contribuição nesse sentido. Um dos marcos do novo interesse por questões de fundamento foi o livrinho de Vavy Pacheco Borges, *O que é História?*, publicado na Coleção Primeiros Passos. Outro texto importante foi – malgrado meu distanciamento – *Uma introdução à História*, escrito por Ciro Flamarion Cardoso.

AA: *Agora, o panorama da discussão e da investigação em teoria da história no Brasil é hoje bastante diferente desse quadro que o Sr. descreveu, ao falar do momento em que iniciou as suas atividades no campo. Considerando a situação atual, o que o Sr. vê como sendo os grandes ganhos, a grande evolução? E que novos desafios poderia destacar?*

ERM: Dois grandes ganhos são notáveis. O primeiro grande ganho é o seguinte: parece-me que a disciplina saiu do limbo; que deixou de ser uma espécie de obrigação curricular dispensável. Ganhou em densidade e em reconhecimento quanto à sua função sistemática na produção do conhecimento historiográfico. O segundo grande ganho é que uma multiplicidade de abordagens conquistou espaço dentro do campo da teoria da história. A teoria da história também contribuiu para estruturar a interdisciplinaridade no contexto da prática historiográfica – embora esse termo em muitos casos guarde um pouco de retórica. Lembro, por exemplo, que a Editora Zahar publicou em português um livro de um historiador australiano chamado Christopher Lloyd, intitulado *As estruturas da História*, que é uma interessante prova de diálogo com a Sociologia. Esses são os grandes ganhos. Em termos de agenda, os três desafios principais que se impõem são: primeiro, instrumentar o público brasileiro que se interessa pelo estoque de produção analítica acumulado nos últimos cento e cinquenta ou duzentos anos, e que não necessariamente foi produzido por autores brasileiros – a produção brasileira no campo é muito mais recente. Esses textos são fundamentais, porque influenciam ou influenciaram autores que os brasileiros lêem ao se prepararem para fazer pesquisa histórica e produzir historiografia. Então, é necessário saber em que tipo de meio ambiente cultural-científico esse conhecimento apareceu. Isso é um grande desafio que me parece estar sendo respondido nos últimos quatro ou cinco anos por um número cada vez maior de trabalhos que as editoras têm colocado no mercado, trabalhos em cujos títulos aparecem frequentemente expressões tais como “como escrever história”, “a escrita da história”, entre outras variações. Em segundo lugar, outro desafio pendente é o de desenvolver, no campo da teoria, a interação com as metodologias práticas de produção do conhecimento historiográfico. Deve-se cuidar para que a construção ou a reconstrução do aparato teórico – dos princípios e teorias que se aplicam à realização da pesquisa e à produção historiográfica – seja feita sempre *a posteriori*, ou seja, sempre em contraste

com a historiografia produzida e com um projeto historiográfico em andamento. Além disso, a reflexão teórica tem que estar acoplada à prática de uma pesquisa empírica. Mesmo que o investigador teórico não faça a pesquisa empírica de A até Z em todos os temas possíveis, é bom que ele seja apto a realizá-la. Esse é um desafio que considero importante, na medida em que ainda há bolsões de resistência onde se considera que aqueles que se dedicam a questões de fundamentação teórico-metodológica não fazem nem sabem fazer pesquisa; que ficam dando palpites normativos e querendo impor regras, querendo dizer aos outros o que fazer. O terceiro ponto da agenda seria estimular a reflexividade na prática historiográfica. Não digo que se deva voltar a escrever os famosíssimos capítulos teóricos, a partir dos quais nas teses ou dissertações o sujeito dizia o que faria em seguida. Mas é preciso, pelo menos, tornar certas coisas explícitas. Isto ainda falta em vários livros: explicitar, seja na introdução, seja no curso do argumento, por que determinada questão-chave foi tratada de tal ou tal jeito. Tal explicitação é importante para evitar que haja um estranhamento entre o resultado historiográfico e as opções a partir das quais o objeto foi escolhido.

ACBP: *Recentemente foi criada a Sociedade Brasileira de Teoria da História e História da Historiografia e eu gostaria que o Sr. falasse um pouco sobre as diretrizes e perspectivas norteadoras dessa nova organização. Além de fomentar o desenvolvimento de pesquisa e discussões nas áreas de teoria da história e história da historiografia, pensa que seria possível entender a Sociedade também como uma espécie de árbitro do ingresso de profissionais em teoria da história nas universidades públicas brasileiras?*

ERM: A Sociedade é um passo adiante de uma experiência que foi se acumulando e que se deve a alguns esforços prévios. Eu diria que algum esforço foi congregado pessoas interessadas na temática de teoria, metodologia e história da historiografia, o que, no âmbito da ANPUH, aconteceu inicialmente no encontro nacional de João Pessoa, em 2003, através da criação de um grupo de trabalho. O nosso esforço foi sempre no sentido de criar um espaço de cooperação e diálogo, mais do que de disciplinamento, um espaço que mediasse uma convergência de interesses. Mas nem todo mundo adere de bom grado a coisas que eles próprios não iniciaram, e se houve colegas da área que ficaram bem animados com o grupo de trabalho, houve também outros que se mostraram menos animados. Um segundo grande esforço é o esforço admirável de um grupo de colegas predominantemente da Universidade Federal de Ouro Preto, do Departamento de História sediado em Mariana. A tônica dos interesses desse grupo é tanto a história da historiografia quanto a questão dos fundamentos teóricos. Tais professores organizam um simpósio anual, que entretanto já ocupa seu espaço no cenário nacional. Da junção desses dois esforços aflorou a idéia de institucionalizar um foro de intercâmbio e convergência de interesses, para dar visibilidade e densidade a toda essa atividade profissional. O modelo da Sociedade Brasileira de Teoria da História e História da Historiografia

é semelhante ao de outras sociedades históricas já existentes, como por exemplo a de história oral ou a de história econômica. Ela congrega gente de várias gerações – e eu faço parte da turma dos velinhos – e é, antes de mais nada, um grande espaço social de intercâmbio, convergência e de diálogo. Nesse sentido, eu considero que um esforço como esse não tem nem donos, nem proprietários. Quer dizer, ele estrutura uma espécie de espaço público em que todos teriam o direito a tomar a palavra e a participar das atividades, embora eu não tenha grandes ilusões de que isso acontecerá com cem por cento das pessoas que ministram curso de teoria nas graduações. Mas é fato que, na medida em que surge um espaço como esse, você já ganha uma perspectiva de fortalecimento da área, algo para o que concorre também a revista *História da Historiografia*, que é um canal de concentração de pesquisas. Tudo isso também tem a ver com o fato de que um tipo de reflexão como a nossa cria um intercâmbio internacional mais polivalente. É um pouco diferente do que ocorre, por exemplo, com os pesquisadores que trabalham com história do Brasil colonial, que via de regra têm uma forte conexão em primeiro lugar com Portugal e acessoriamente com os arquivos espanhóis, mas cuja inserção internacional normalmente para por aí. Por outro lado, quem trabalha com o Brasil República, ou com o Brasil no século XIX, às vezes não tem tantas iniciações internacionais e não circula no espaço com tanta facilidade. De qualquer forma, acho que a circulação internacional é um requisito fundamental, porque assim como ciência não é apátrida, também não é nacional. Creio que a vinculação adjetivada com a história nacional é o ponto de ancoragem, o local da fala, mas não é uma prisão; nem é uma espécie de caverna onde a pessoa se enterra, achando – à maneira do livro 7 da *República* de Platão – que tudo se passa ali dentro, e que não é necessário olhar para o lado de fora.

AA: *Eu queria mudar o foco, mais uma vez, para a sua trajetória pessoal, porque acho que o Sr. é um dos poucos casos na cena acadêmica brasileira de um intelectual que circula com desenvoltura por pelo menos três grandes áreas distintas do conhecimento, no caso a Filosofia, a História e as Relações Internacionais. Queria saber se há na sua postura multidisciplinar um substrato comum, isto é, ideias, temas, problemas, que o Sr. relacione simultaneamente com esses três campos distintos.*

ERM: Certamente. O ponto comum é a história da Europa; em particular, a história das Luzes, do Iluminismo europeu, que eu estudei no famoso Triângulo das Bermudas em que todas as idéias desapareciam: Alemanha, França e Escócia. Com isso, você cria uma espécie de denominador comum. De certa forma, em termos de prática racional, nós dependemos até hoje do Iluminismo, pois este gerou um estoque filosófico que se realiza no mundo concreto de sociedades, pessoas, atores. Tal estoque de ideais – que é ao mesmo tempo semelhante e diferente em diversas zonas geográficas e políticas do mundo – vem sendo herdado por operadores dos sistemas políticos, econômicos e sociais, que são de

diferentes épocas posteriores à metade do século XVIII, e que se filiavam a diferentes unidades estatais aliadas, concorrentes, ou inimigas entre si. Assim, o papel da estruturação teórica das ideias, o problema da sua realização nos espaços concretos e históricos, e a pergunta acerca da constelação que tal dinâmica produz no universo das organizações estatais contemporâneas – tudo isso, portanto, – serviu de traço de união para que eu coordenasse questões que me parecem inspiradas pela Filosofia, mas que então foram processadas no tempo histórico, para que desembocassem, dentre outros, no campo das Relações Internacionais contemporâneas.

AA: *Acho que aqui, mais uma vez, a teoria da história talvez tenha servido como um elemento de mediação entre os três campos... O Sr. poderia então falar um pouco acerca do que o motivou a investigar e a estudar dentro do campo da teoria da história? Isto é: o que levou o Sr., um acadêmico de formação filosófica, a transitar precisamente para o campo da teoria da história?*

ERM: Curiosamente, a culpa é de Hobbes e de Hume! Por razões distintas, ambos disseram que não há conhecimento confiável. E por que disseram isso? Porque as experiências políticas que viveram os levaram a afirmar que o mundo que não era confiável. Para ambos, nenhum dos interlocutores deste mundo era de se fiar: políticos, parlamentares, ministros da religião, reis, entre outros. E, por outro lado, algumas pessoas diziam que o critério de verdade é a evidência objetiva, o que eu achei de uma ingenuidade absolutamente exemplar. Então, eu disse “tem que haver outro caminho”. Nem o ceticismo desabusado e um pouco bonachão de Hume, nem o ceticismo semi-dolorido e oportunista de Hobbes, nem ainda a afirmação de que a evidência objetiva resolve qualquer coisa: tinha que haver um meio caminho. Então, no fundo, duas questões me intrigavam. Primeiro: existe conhecimento confiável? Aliás, essa é, se quisermos, a questão do ceticismo ou do relativismo, e é bom lembrar que isso sempre foi uma questão, que reaparece a cada vez que o mundo evolui. E depois, a produção do conhecimento histórico se diferencia de alguma maneira da dos outros? E, caso se diferencie, o que fundamenta essa diferença para que resista à comparação? Então, com essas duas questões eu vou empurrando a vida.

AA: *Com isso, o Sr. foi se aproximando da discussão teórica travada na Alemanha por diversos autores, entre eles, Jörn Rüsen. Quais são exatamente os pontos de convergência entre as suas ideias e a tradição teórica alemã, em especial a teoria da história de Rüsen, da qual o Sr. é o principal divulgador no Brasil?*

ERM: Na realidade o que aconteceu é que, no final dos anos 70, eu já estava na Universidade de Brasília e percebia a grande resistência que havia à fundamentação teórico-metodológica do conhecimento histórico. Diziam ou que tal fundamentação não surtia efeito, ou que era inútil. Procurei então fazer

uma grande varredura do que estava acontecendo. Pareceu-me que autores como Jörn Rüsen, Karl Acham, Hermann Lübbe, entre outros, estavam naquele momento preocupados com algo semelhante, só que por outras razões. Na Alemanha, a questão era, sobretudo, a do partidarismo da história, da noção de objetividade, e isso por causa do contexto político. Era uma época em que se estava desenvolvendo um realismo prático da *Realpolitik* com respeito à Europa Oriental. Pela primeira vez desde o fim da Guerra, os social-democratas estavam no poder, com Willy Brandt e depois Helmut Schmidt. Então eu disse, “vou ver o que há”, e descobri um bando de coisas! E disse, vou pedir um tempo para ir atrás disso tudo. Foi quando descobri o trabalho de Jörn Rüsen, que me parecia estar na mesma linha da preocupação que me inspirava, só que alguns passos à frente. Em diálogo com os textos dele, pude descobrir o que é o mínimo denominador comum do processo de produção historiográfica sem o carimbo nacionalista. Rüsen chamou-o de matriz disciplinar, e enfatizou que tal noção e as suas diferentes variações eram aplicáveis a produções historiográficas que não necessariamente tinham que ser feitas na Alemanha ou sobre temas alemães.

Estive pessoalmente com vários investigadores, li muitas obras, e aproximei-me principalmente de duas pessoas. Em primeiro lugar, de Jörn Rüsen, cuja teoria da história me chamou a atenção, porque apontava para além da produção historiográfica; ou seja, para o impacto do conhecimento historiográfico no espaço social sob as mais diferentes formas, a mais conhecida das quais está ligada ao ensino formal em sala de aula. E, em segundo lugar, aproximei-me de Karl Acham, professor de história das ideias e de teoria sociológica na Universidade de Gratz, Áustria. São esses os dois autores com quem eu mais bem estive em sintonia. A sintonia foi bem mais forte com Jörn Rüsen, pelo fato de que ele, desde o primeiro momento, mostrou o que me parecia ser um bom exemplo do que Kant chama de “história universal desde um ponto de vista cosmopolita”. Era alemão, vivia na Alemanha, fez carreira na Alemanha, mas pensava com a cabeça do mundo. Às vezes, em certos casos, para além do que me parece razoável, porque conserva um traço muito forte de eurocentrismo. Ele acha que o padrão universal das propostas europeias valem para a humanidade inteira. Ele sabe do problema, reconhece-o, e já conversamos muito sobre isso. E, por outro lado, sintonizei-me com Acham porque ele foi, quem sabe, o autor que – mais do que Bourdieu ou Passeron, e do que Geertz, embora Acham seja praticamente desconhecido, porque ele só escreve em alemão ou quase – melhor fez funcionar a conversa entre Filosofia, História, Sociologia e Antropologia. Ele publicou em 1974 um volume chamado *Filosofia das Ciências Sociais*, um livro que é exemplar em formatação e em capacidade didática, mas que nunca achei conveniente traduzir para o português, porque era tipicamente voltado para o público acadêmico alemão, ou de língua alemã. Eu achava que no caso do Rüsen, mais do que no caso de Acham – de quem eu também traduzi para o português algumas coisas –, o produto que ele tinha na famosa trilogia de teoria da história, entre outras coisas, seria útil a quaisquer pessoas interessadas em discutir a relação entre teoria, metodologia

e produção historiográfica. Daí a minha tendência para a tradução dos textos de Rüsen. Alguns me criticaram, dizendo que eu é que deveria ter escrito uma teoria da história, e eu confesso que a crítica é merecida. A questão é que por razões ligadas à minha vida profissional, eu tive um *gap* de semi-afastamento da vida acadêmica *stricto sensu*, entre 1985 e 1998, quando trabalhei no Senado Federal. Nessa época fiquei na universidade apenas em tempo parcial. Eu não interrompi as atividades acadêmicas, mas obviamente diminuí a sua intensidade e, com isso, o famoso livro de teoria da história, que eu tenho em rascunhos, nunca saiu do rascunho. Mas pelo menos o Rüsen e algumas outras coisas mereciam ser não apenas postas no mercado, mas também referidas.

ACBP: *Aproveitando essa discussão em torno da teoria de Jörn Rüsen, que é um autor que concede um papel muito importante à didática da história, gostaria de lhe perguntar se o Sr. acha que a teoria da história tende a contribuir para a formação da consciência histórica do público não especializado. Nesse caso, de que maneira e por meio de quais estratégias isso seria possível?*

ERM: Eu creio que aqui a teoria da história não faz uma contribuição direta, mas indireta. Na realidade, a teoria da história reconstrói e sistematiza os princípios teóricos, todos os pressupostos teóricos que presidiram a produção de uma determinada historiografia. Não se pode esquecer que há um ambiente social do qual a historiografia emerge e para o qual ela retorna. A historiografia é, por conseguinte, produzida num contexto que reúne uma prática que se liga com a nossa maneira racional de lidar com o mundo, a prática do pensar historicamente. Vou exagerar um pouco na formulação: nós só somos capazes de pensar historicamente. Isso é assim, mesmo que as formulações pareçam transcender o tempo. Quando penso em alguma coisa que aconteceu ontem estou fora daquele tempo, mas o modo como eu penso está inserido nas condições temporais que envolvem essa questão, e isso é histórico. Então há também a qualificação da historicidade do tempo. Como o pensamento não é sem objeto, ninguém pensa o nada: você pensa os componentes temporais da própria condição existencial em que você se encontra, pensa aquelas condições que são na verdade pré-condições da sua posição existencial, tanto do ponto de vista lógico como do ponto de vista do tempo. Com isso você se situa a si próprio no tempo, e de carona situa também todos aqueles com quem você se identifica. Assim, através do pensamento histórico, você constrói consciência histórica. Toda essa dinâmica também está por trás do trabalho dos historiadores. Mesmo que eles escrevam sobre o século XVI europeu, ou sobre o século XX brasileiro, é possível retraçar essas condicionantes, que embora não sejam necessárias, são efetivas – ou seja, uma vez tendo ocorrido, tornam-se necessárias *a posteriori*, mas não são necessárias *a priori*. É possível mostrar que o produto historiográfico é fruto de uma jogada de conexão entre pensamento, consciência e cultura histórica; que é pensamento transformado em consciência histórica e acumulado na memória dos outros, dos quais nós somos

herdeiros. E o produto que emerge dessa operação é, por sua vez, algo que retorna à origem: cai no “mercado”, ou na mídia, se nós quisermos. Então, a historiografia produzida, seja sob a forma de livro, seja sob a forma de filme ou documentário, ou seja lá mais o que for, tem um impacto sobre a maneira com que as pessoas vão pensar o seu tempo; e sobre maneira como esse “pensar o tempo” se torna um elemento da consciência histórica individual – a consciência do sujeito sobre si, sobre seu semelhante e, sobretudo, sobre aqueles com os quais ele próprio se identifica. É uma espécie de – como diria Paganini – *motus perpetuus*. Mas a teoria da história não diz como a história deve ser feita, diz, sim, o que acontece para que os produtos historiográficos tenham sido construídos deste ou daquele modo, ou como esses produtos historiográficos causaram o que o que eu chamo de “efeito bumerangue”. Uma das formas mais banais do efeito bumerangue é o livro didático que, às vezes, nós acabamos considerando como uma espécie de primo pobre. Aliás, eu próprio não me sinto apto a fazer um livro didático, porque sou muito complicado com as minhas coisas. Mas o fato é que o “primo pobre” deve sair da pobreza, pois é um elemento fundamental da lógica do pensamento histórico que estou descrevendo. Um outro exemplo importante – e que não é historiografia escrita – é o quadro de Picasso sobre Guernica. A experiência de Guernica acabou e, à medida que o tempo passa, os sobreviventes morrem. Fica o quê? A memória contada e a memória fixada. E o quadro de Picasso é um elemento que foi historicamente pensado, historicamente tornado consciente. Ele já se incorporou à cultura histórica, e não apenas à do pessoal do país basco ou do espaço espanhol; tornou-se elemento importante para a cultura histórica contemporânea dos últimos oitenta anos.

ACBP: *Parece uma evidência, mas talvez não seja. A teoria da história permanece surda à Antropologia e ao desenvolvimento das reflexões nesse campo das Ciências Humanas? Se sim, o que a teoria da história tende a perder com isso e, caso se abra a este diálogo, o que ela tende a ganhar?*

ERM: Ela só tem a ganhar com o intercâmbio, e não só com a Antropologia. A trama de condições, necessárias *a posteriori*, que leva à produção de antropólogos ou historiadores não possui um estoque excludente de princípios. Creio, portanto, que só há ganhos. Mas o diálogo interdisciplinar leva, às vezes, a circunstâncias de exagero, e o exemplo da Antropologia é bom, porque ao usarem autores que são etnólogos alguns historiadores quase se tornam pseudo-antropólogos, quando na realidade o objetivo ou objeto seria histórico. Às vezes, faz falta uma formação teórica suficientemente assentada para que a pessoa não troque as bolas. Mas acho que o diálogo é fundamental, e creio que, no campo da produção historiográfica, a importação de teorias de outras áreas não é um problema. E creio também que o diálogo é tanto mais eficaz, quanto mais a pessoa saiba que, por sua vez, a Sociologia, a Política, a Economia, todas são interfaces de um mesmo tipo de conjuntura assimétrica. Cada uma

dessas áreas tem uma ênfase, mas uma não poderá sobreviver sem a outra, mesmo que você não consiga usar todas ao mesmo tempo. Neste aspecto, a arte do profissional estaria em saber utilizar a justa medida, a dosagem certa, para que o bolo historiográfico continue sendo historiográfico e não se torne um bolo antropológico. E isso só consegue descobrir fazendo! A receita culinária diz o seguinte: se estou fazendo um bolo de laranja, tenho que usar laranja. Mesmo que eu goste muito do fubá que a Antropologia produz, não posso fazer um bolo com só com esse fubá e depois querer dizer que fiz um bolo de laranja. A imagem permite ver que eu posso fazer os dois bolos. O mais importante é saber se o que eu digo que vou fazer se corresponde com os princípios a partir dos quais vou trabalhar, para que, no fim, o resultado seja correspondente à expectativa gerada pelo projeto de trabalho inicialmente proposto.

AA: *Uma questão para finalizar a entrevista. O Sr. já atua como professor universitário há algum tempo e agora está à frente do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. À luz desta experiência com o ensino e administração acadêmica, o que destacaria como sendo as virtudes e os vícios do sistema universitário brasileiro?*

ERM: É uma pergunta difícil. A primeira vez que entrei em sala de aula, no mundo universitário, foi em 1968. Então, há quarenta e um anos, – de uma forma ou de outra, com mais ou menos intensidade – eu dou aula. Acho que a melhor coisa que há no sistema universitário brasileiro é que, malgrado a tacanhez do sistema administrativo público federal, a universidade pública federal produz gente de qualidade. Porque, se fosse só pela estrutura administrativa, a dificuldade seria muito grande! Mas acho que o principal mérito da universidade, e também o seu maior interesse, é produzir gente bem formada. E “gente bem formada” aqui não significa “gente que copie a mim ou a quem quer que seja”. Ao contrário, acho que quanto menos se copiar melhor! Mas falo em pessoal bem formado, no sentido de pessoas que sejam capazes de produzir coisas relevantes, que os outros reconheçam como relevantes, pouco importa se concordam ou se discordam. Depois que se introduziu o Programa Nacional de Pós-Graduação, em 1975, – e ele vem sendo mais ou menos sustentado, apesar de ter sido concebido durante o governo Geisel – foram criadas alternativas, que viabilizaram a qualificação profissional de uma forma bastante regular, e que abriram portas de concorrência e de competência internacional em todos os campos. Eu não estaria na universidade há 40 e tantos anos, se não achasse que isso valesse a pena, apesar dos entraves burocráticos. A experiência administrativa é um pouco o preço que se paga por levar as coisas a sério. Há gente que não as leva lá muito a sério, que ocupa as funções administrativas, mas não as desempenha. Eu tive aquela longa experiência de trabalho no Senado Federal, que já mencionei, e que aconteceu simplesmente porque em 1983 a depreciação salarial na universidade estava muito grave. Com isso, eu ingressei em responsabilidades

administrativas de certo padrão, que em tese me teriam ratinado para não querer fazer mais nada na área administrativa. Mas acabou sendo necessário que eu retornasse a um cargo administrativo na universidade, e isso tem um preço, é penoso. É, contudo, também uma maneira de levar a sério a dívida social que existe pelo fato de que o meu contra-cheque é pago pelo contribuinte. Você não usa o dinheiro do seu salário na universidade pública, ou no serviço público em geral, como se fosse uma licença para passar recreio pelo resto da vida – o que lamentavelmente é o caso de muita gente nesta universidade e em outros lugares. Então eu entendo que a responsabilidade aqui é dupla: qualidade profissional do sujeito que deve ter, se possível, gosto pelo que faz – e é este o meu caso; e, depois, vergonha na cara de saber que se tem um preço a pagar, uma gratidão a demonstrar para com o brasileiro que paga o custo desta imensa máquina extremamente dispendiosa e perdulária que é a administração pública federal, inclusive a universidade.